RENATA ROMÃO MONTINI BORGE

RESUMO

Esse artigo pretende abordar reflexões a respeito das propostas pedagógicas inclusivas. A escola integradora surge como uma opção inovadora face à antiga escola tradicional e exclusivamente escolar e define-se pela sua abertura e aceitação sem distinção de sexo, idade, origem social, situação econômica, grupo social ou étnico, alunos com necessidades especiais de aprendizagem nas classes regulares, que geralmente eram excluídos ou expulsos das escolas normais. O objetivo deste artigo é analisar, em primeiro lugar, as políticas educacionais anteriores voltadas para a educação especial e seu trânsito-atraso rumo à escola inclusiva e a forma como vem sendo concebida a educação integradora e a escola inclusiva em nosso país. Em um segundo momento, procura-se demonstrar o rodízio da política educacional em direção à antiga concepção de educação especial contra os grupos excluídos e

a população mais vulnerável socialmente, apesar de maiores declarações governamentais de igualdade, equidade, inclusão econômica, política, social, cultural e educacional. Conclui-se em um terceiro momento, com uma proposta renovada de escola inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial; Escola Tradicional; Política Educacional.

INTRODUÇÃO

Tratar da questão da educação inclusiva implica pensar em uma transformação da sociedade excludente para que, na construção permanente da democracia e da participação cidadã, haja a inclusão de todos os setores da sociedade, sem distinção de classe econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou política. A construção desta nova sociedade implica a participação de todos os cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação como instituição, que possa promover a equidade e a justiça social para os excluídos não só do sistema educacional, mas também da própria sociedade.

No entanto, a educação tem sofrido os estragos das idas e vindas da política econômica, com os cortes anunciados no orçamento do setor e a orientação da "suposta equidade", ao oferecer bolsas de estudo a alunos "inteligentes" com menos recursos, para que possam continuar na escola, seja qual for o nível. Por outro lado, cortam-se os orçamentos do Ministério da Educação Pública e das universidades públicas, favorece-se o crescimento do subsistema privado a todos os níveis, limita-se a entrada dos jovens nos níveis superiores de ensino, como um processo de seleção e exclusão dos "menos favorecidos" da escola pública, deixando de fora aqueles que não apresentam evidências de "capacidade intelectual".

Neste processo, modificam-se as políticas relativas à educação de alunos com necessidades educativas especiais, para se falar de uma escola de integração e de um esboço tímido de escola inclusiva, mas, ao mesmo tempo, volta à concepção médico-assistencial com as classificações novamente impostas pela Educação Básica, definindo cada uma das deficiências. No entanto, qualquer estereótipo leva à segregação e ao enfraquecimento da dignidade das pessoas. Por isso, a escola inclusiva constitui uma inovação e uma abertura democrática para acolher integrantes de todos os setores sociais.

As questões que norteiam este trabalho são:

O que é a escola inclusiva e quais são as suas características?

Por que se chama escola inclusiva?

Onde foi parar a escola inclusiva?

Pode-se falar em escola inclusiva quando a sociedade é excludente? Que condições sociais seriam necessárias para poder falar e, sobretudo, ter uma escola com proposta pedagógica inclusiva?

O PROBLEMA DA MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR DE GRUPOS VULNERÁVEIS

Uma das características da sociedade inclusiva é a abertura das escolas a toda a população, para que todos aqueles que desejam ter um lugar e possam ter acesso a uma educação de qualidade, permaneçam no sistema, participem de todas as atividades e práticas socioeducativas, bem como parte integrante da comunidade educativa e da sociedade em geral.

Equalizar oportunidades, reduzir barreiras ao aprendizado, abordar a heterogeneidade e atender às necessidades de todos os alunos é um desafio difícil de alcançar, especialmente quando insistimos em rotular, separar, distinguir ou discriminar. A escola

inclusiva não surge do nada, mas sim há um longo caminho que teve de ser percorrido, desde a ideia de escola de educação especial, passando pela escola de integração, cuidado com as pessoas com necessidades especiais e alcançando a ideia contemporânea de escola inclusiva.

Porém, para alcançarmos uma escola inclusiva precisamos construir uma sociedade inclusiva, na qual todos nos encaixemos, com nossas diferenças e particularidades, com nossos dons e habilidades, com nossos saberes e ignorâncias. Uma sociedade democrática, não no nome, mas na prática, que faça com que todos os seus membros, todos os cidadãos, se sintam iguais para participar da vida política, econômica, social e cultural, com acesso a todos os serviços, principalmente saúde, educação e moradia. Uma sociedade que acolha a todos independente de condição social, gênero, idade, crenças ou origem étnica, e todos tenhamos os mesmos direitos e obrigações sem privilégios perante a lei e de qualquer espécie; que é uma sociedade inclusiva, que oferece oportunidades para todos,

O importante é que todos os cidadãos tenham um lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados dos campos em que se desenvolve a vida social comunitária. A escola tem papel fundamental na transformação da sociedade, na transição da sociedade reprodutiva para a sociedade produtiva de transformação com equidade e justiça, por isso, deve ser o eixo em torno do qual gira a política de inclusão social.

DIREITOS DE EDUCAÇÃO

A escola deve ser o espaço privilegiado, no qual todos aprendemos a conviver com os outros, e cada um tem oportunidade de desenvolver ao máximo as suas capacidades de aprendizagem.

Em suma, esses princípios sustentam a filosofia educacional de inclusão, com uma abordagem voltada para responder à diversidade das necessidades de todos os alunos com base em uma maior participação na aprendizagem, nas culturas e nas comunidades.

A educação escolar implica a formação da cidadania, o que implica que as pessoas se envolvam nas questões que dizem respeito à sua comunidade, seja na família, no trabalho, nas esferas sociais e no que diz respeito às esferas de poder. Este envolvimento significa também solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, por exemplo, para que a responsabilidade pela educação recaia não só no professor, mas também nos próprios alunos, nas autoridades, nos pais e nas autoridades civis, ou seja, em todo o da sociedade. Portanto, a educação inclusiva implica a responsabilidade de todos os atores do processo de ensino-aprendizagem e o apoio a alunos com necessidades educativas específicas, sem que seja necessário rotulá-los como motores, visuais, auditivos, etc.

É evidente que em um país capitalista, com uma política oficial neoliberal, ao qual a competitividade impera como princípio do sucesso e do conforto na vida, é mais difícil concretizar a utopia de uma escola igualitária e equitativa. No entanto, foram as utopias que conseguiram transformar as sociedades históricas e acreditam que a educação contribui para melhorar a coesão social quando é capaz de formar para a convivência, e de dar às pessoas um melhor horizonte de incorporação na vida produtiva, desenvolvimento cultural e social, é construir uma utopia que possa favorecer uma transformação radical da sociedade em seus valores e atitudes em relação às pessoas com necessidades educativas específicas.

Uma educação inclusiva responderia, então, a uma sociedade democrática, equitativa e inclusiva. A reforma política rumo à democracia global também deve passar pela escola que impacta a esfera social – coletiva e individualmente – com o objetivo de alcançar uma sociedade mais solidária e

cooperativa. Esta modalidade escolar não tinha importância para os especialistas da época, pois nunca abordaram questões relacionadas com a educação especial, a política de integração educativa, muito menos a educação inclusiva.

POLÍTICA EDUCACIONAL, EQUIDADE E JUSTIÇA

Acredita-se que a equidade implica muito mais que o acesso à educação com igualdade de oportunidades de renda, permanência, educação de qualidade e possibilidade real de conclusão dos estudos, bem como a entrada no mundo do trabalho com um salário digno e suficiente para satisfazer as necessidades básicas de subsistência, além de os de reprodução da força de trabalho e lazer, como postulados tanto por Marx quanto pela doutrina social da Igreja Católica, ou mesmo a Carta Internacional dos Direitos Humanos:

Um salário digno consiste em uma remuneração equitativa e satisfatória que assegure ao trabalhador e sua família uma existência digna, complementada, se necessário, por outros meios de proteção social; e para garantir aos trabalhadores sua subsistência quando eles aposentar através de um sistema de pensões. (NERIO, ALMARAZ, GAY, 2006, p. 39)

Tal sistema educacional estaria respondendo a uma sociedade democrática e às políticas que orientam seu desenvolvimento. Por isso, a escola deve perseguir os objetivos de cidadania, equidade e inclusão, concomitantemente aos de competitividade, autonomia e desempenho, pois a educação deve ser o pilar de uma sociedade equitativa, justa e garantidora do desenvolvimento humano de seus cidadãos.

Para atingir estes objetivos, todas as escolas devem ter os mesmos meios e condições de funcionamento semelhantes, igualando as oportunidades e subsidiando com maiores recursos as escolas mais necessitadas de acordo com as condições socioeconómicas da população que servem, nomeadamente nas localidades e regiões mais atrasadas e remotas.

A inclusão no campo da educação requer não apenas uma visão nacional, mas também internacional, como política norteadora dos países membros das Nações Unidas. Portanto, é importante reconhecer que para a UNESCO:

A inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas educacionais para responder à diversidade dos alunos. É fundamental a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionado ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por diversos motivos são excluídos ou correm o risco de serem marginalizados (UNESCO, 1994). A política educativa relativa às crianças com necessidades educativas especiais em todos os países não tem sido consistente ao longo da história: de uma concepção separatista e segregacionista de criação de recintos especiais para crianças com algum tipo de deficiência, à escola de integração, sem ter em conta que escola é a integração, como pode ser realizada e que tipo de modificações curriculares deveriam ter sido feitas para a conseguir e, ainda, que tipo de formação deveria ser dada aos professores estagiários e que tipo de formação aos que estavam em exercício. Tampouco se pensou em dotá-los de auxiliares para apoiá-los no trabalho em sala de aula quando tivessem alunos com essas características.

Agora, as reformas democráticas devem passar pela escola, para que possamos formar cidadãos do futuro sob esta nova visão de sociedade. A democracia na educação requer, em primeiro lugar, o acesso à escola, para que nenhum cidadão fique sem escola e todos –crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, deficientes ou não– atendam às suas necessidades básicas de aprendizagem.

Esta noção não se reduz apenas à expansão dos serviços educativos, mas estende-se para ter em conta os contextos socioeconómicos, políticos e culturais dos alunos, de forma a promover a aquisição de competências que lhes permitam aprender melhor, melhorar a sua qualidade de vida e alcançar um desenvolvimento econômico, social e cultural que resulte na melhoria de seu desempenho profissional.

Não se trata então apenas dos princípios básicos de leitura, escrita, expressão oral, cálculo e resolução de problemas como objetivo final da escolarização, mas como base para alcançar maior desenvolvimento humano a partir de seus conteúdos básicos, conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes necessárias para que o ser humano possa sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar sua qualidade de vida, tomar decisões informadas e continuar aprendendo.

A política de inclusão implica que todos os cidadãos sejam reconhecidos como reais e/ou potenciais colaboradores e participantes na busca coletiva de soluções para qualquer tipo de problema.

Para isso, é necessária a abertura necessária para gerar uma cultura de tolerância, aceitação da diversidade, para que todos, sem qualquer restrição, tenham acesso a ela.

A UNESCO, no documento "Educação para todos nas Américas. Marco de Ação Regional", colocou como objetivo o desenvolvimento da educação inclusiva, fazendo as seguintes recomendações:

Formular políticas de inclusão educacional, que levem à definição de metas e inclusão de crianças com deficiência na escola regular, prioridades de acordo com as diferentes categorias de população excluída em cada país, e estabelecer os marcos legais e institucionais para tornar a inclusão efetiva e executável como uma responsabilidade coletiva.

Desenhar modalidades educativas diversificadas, currículos escolares flexíveis e novos espaços na comunidade que assumam a diversidade como valor e potencial para o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos, recuperando experiências formais e não formais inovadoras para atender às necessidades de todos: crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Promover e fortalecer a educação intercultural bilíngue em sociedades multiétnicas, multilíngues e multiculturais.

Implementar um processo sustentado de comunicação, informação e educação das famílias, que evidencie a importância e os benefícios para os países da educação da população atualmente excluída.

No entanto, apesar dos esforços que têm sido feitos tanto a nível internacional

como nos contextos nacionais, ainda há um longo caminho a percorrer e é necessário concentrar esforços em passar do nível da declaração de intenções para a efetiva implementação da mesma.

AS ESCOLAS E A DIFICULDADE DE TRABALHAR A INCLUSÃO

Se a inclusão é considerada como a oposição a qualquer forma de segregação ou separação de sujeitos, é relevante indagar sobre a eficiência das respostas do sistema educacional para que esse princípio seja uma realidade. Quando aplica-se esse conceito para entender como a diversidade é tratada em sala de aula, é comum notar a posição que considera as dificuldades na escola como consequência do déficit do aluno. Pelo contrário, é menos comum as instituições se perguntarem por que estão deixando de educar certos alunos.

Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Esses fatos da realidade nos levam a rever a forma de organização das instituições de ensino e as formas de ensinar em sala de aula, a fim de proporcionar a mesma qualidade de educação que as crianças que não têm desvantagens recebem, como crianças deficientes, crianças de rua, crianças de minorias étnicas e crianças de áreas desfavorecidas a marginais.

Nesta perspectiva, a escola inclusiva pretende acolher todas as crianças e jovens, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou outras. Isto implica enfrentar o desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todas as crianças e jovens, tendo em conta as suas diferentes características e necessidades.

A Educação Inclusiva exige mudanças na abordagem das várias características dos alunos e nas práticas educativas, mas sobretudo no repensar de atitudes fundamentais sobre a educação e a educação daqueles alunos que foram excluídos ou marginalizados por vários motivos.

É comum afirmar que, atualmente, a escola precisa garantir uma educação de qualidade a amplas camadas da população, que acessam o sistema educacional como resultado de políticas de expansão de cobertura. No entanto, esta é uma condição difícil de cumprir porque, agora são muitos os que entram, poucos ficam e obtêm a aprendizagem necessária para desempenhar seus papéis como cidadãos e trabalhadores em contextos diversos. Essa situação é ainda mais complexa em países como os da América Latina, como o Brasil, ao qual são admitidos no sistema educacional cujas famílias vivem em situações econômicas, sociais e culturais precárias que estão prestes a se tornar difíceis para aqueles que reconhecem seu direito à educação. Para garantir ou levar a uma educação de qualidade, os sistemas educacionais precisam não apenas alocar recursos, mas também formar professores que possam permanecer na escola e desenvolver todas as suas capacidades na perspectiva da equidade e da qualidade, na educação.

A desigualdade na América Latina está aumentando como resultado do surgimento de processos de acumulação de velhice e novas desvantagens que colocam em risco a integração social. A pobreza, a precarização do trabalho e a baixa participação na cidade fragilizam os vínculos que mantêm e definem a condição de pertencimento a uma sociedade com a consequente fratura do laço social que gera exclusão.

Apesar dessas diferenças, do ponto de vista do desenvolvimento humano, todos os indivíduos têm a possibilidade de construir um projeto de vida se estiverem em parceria com a oferta de oportunidades para aumentar suas capacidades e fazer escolhas livres por meio das ofertas existentes, não menos importante. Consequentemente, uma sociedade deve ter essas ofertas para garantir um desenvolvimento humano equitativo para todos os seus membros. Entre essas ofertas está a educação.

A importância da noção de "capacidade humana" reside no reconhecimento de que a capacidade não é apenas um instrumento para a produção econômica de capital humano, mas que a capacidade humana conta para o desenvolvimento social. Assim, a expansão da educação básica e sua melhor qualidade podem qualificar os debates públicos e ampliar as bases esclarecidas para uma sociedade com maiores índices de participação.

Esta preocupação com o desenvolvimento das capacidades humanas como garantia da conquista da equidade suscita também a discussão e diferenciação com o conceito de igualdade, uma vez que uma das finalidades da educação tem estado relacio-

nada com a coesão e integração social. Essa visão igualitária entra em crise quando as sociedades se tornam heterogêneas e quando suas características são a segmentação e a marginalidade. Nesse contexto, é necessário analisar as condições de origem para determinar as ações que garantam a superação das deficiências. Em sociedades homogêneas, a educação reforça a homogeneidade. Em contextos altamente heterogêneos, uma oferta educacional homogênea se traduz em trajetórias e conquistas díspares.

A discussão sobre igualdade e equidade aponta para a necessidade de atender à diversidade do ser humano (RAWLS, 1971; SEN, 1998). Nesse sentido, a equidade parte do reconhecimento das desigualdades intrínsecas dos sujeitos, em várias dimensões da vida social. Dessa forma, a noção de equidade integra a de igualdade e a expande em suas múltiplas dimensões. A noção de equidade renuncia à ideia de que somos todos iguais e, a partir do reconhecimento das diferenças, propõe estratégias para alcançar a igualdade fundamental que a educação básica deve proporcionar.

Nessa ordem de ideias, a inclusão educacional remete ao conceito clássico de equidade educacional, entendida como "igualdade de oportunidades educacionais no ponto de partida e no ponto de chegada" (MANCEBO e GOYENECHE, p. 8).

A igualdade de oportunidades no “ponto de partida” ou equidade no acesso, implica fundamentalmente que todos os alunos tenham o direito de ingressar num determinado nível do sistema educativo.

A educação para a inclusão insere-se num contexto de crise em que é necessário abordar a diversidade de condições em que os alunos acedem ao sistema educativo, com o interesse de que tenham experiências de aprendizagem de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho diferenciado e individualizado e a estimulação dos processos de ensino e aprendizagem é uma abordagem didática que tenta garantir a justiça educacional no sentido de uma equidade participativa e está ligada a todas as cinco categorias de prática docente inclusiva. A partir do reconhecimento da pluralidade de alunos dentro de uma comunidade de classe, isso requer reações didáticas dos professores e adaptações às necessidades individuais dos alunos. Assim, uma mudança metodológica do modelo tradicional de 'tamanho único' para ensino e aprendizagem individualizados em resposta à heterogeneidade oferece um ponto de partida para a equidade educacional no contexto escolar.

Tanto a diferenciação como a individualização têm o seu ponto de partida didático nas necessidades dos alunos. A diferenciação refere-se a uma preparação variada e à concepção de práticas pedagógicas inclusivas de forma reativa, reagindo às necessidades dos alunos (enquanto, por exemplo, a concepção universal da aprendizagem é uma abordagem proativa, que garante o acesso a todos os alunos independentemente das suas necessidades.

Dessa forma, é feita uma tentativa de responder às necessidades específicas do grupo de alunos dentro de uma classe. Os objetivos de uma educação inclusiva abrangem uma ampla gama de possibilidades de realização (por exemplo, desenvolver competência em numeramento ou letramento) e devem ser os mesmos para todos os alunos, mas o caminho para alcançá-los é modificado e oferece diferentes possibilidades considerando, por exemplo, conteúdo, extensão, material e instrução e pode ser apresentado como o nível macro da prática pedagógica inclusiva adaptada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs).

Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MANCEBO, Maria Ester e Guadalupe Goyeneche. Políticas de inclusão educativa: entre a exclusão social e a inovação pedagógica. Documento apresentado na Mesa "Políticas de inclusão educativa" do IX Congresso da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, Montevidéu,

Uruguai, setembro de 2010. Disponível em: http://www.fcs.edu.uy/archivos/Table_12_y_17_Mancebo-Goyeneche .pdf.

Acesso em 10 fev.2023.

NERIO, Ana Luisa, ALMARAZ, Salomé e GAY, Angélica. Direito humano ao trabalho e salário digno. 2006. Disponível em: http://www.derechoshumanos.org.mx. Acesso em 20 fev.2023.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T.

B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SEN, Amartya. Capital humano e capacidade humana in Cadernos de

Economia n.29, 1998, pp. 67-72. Disponível

em http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/viewFile/11496/ 20791. Acesso em: 10 fev.2023.

UNESCO. Princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Quadro de Ação para necessidades educativas especiais, Salamanca, 1994.